

?	?	?	?
?			?
Julho de 2007 - Nº 29			
Edições Anteriores			
<p>:: Escolas utilizam mecanismos de justiça restaurativa para resolver conflitos.</p> <p>:: Brasil tem nova relatora para o direito humano à educação.</p> <p>:: Formação de professores fortalece o combate ao racismo na educação infantil.</p> <p>:: Proposta do PDE para a educação inclusiva enfoca a construção de sala.</p>	<h2 style="color: #92d050;">Seminário debate os pontos polêmicos do PDE</h2> <p>Nos últimos dias 25 e 26 de junho, aconteceu em São Paulo seminário para discutir o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação em abril. O evento, organizado pelo Observatório da Educação da Ação Educativa, contou com a parceria do CENPEC e reuniu mais de 200 pessoas de 35 cidades de 7 estados. Estiveram presentes principalmente gestores municipais de educação, pesquisadores e professores universitários, evidenciando a falta de informações e espaços para analisar aquela que deve ser a principal ação do segundo mandato do governo Lula na área da educação.</p> <p>A abertura foi feita por André Lázaro, recentemente empossado Secretário de Alfabetização, Diversidade e Cidadania, que representou o MEC. Ele apresentou as principais linhas de ação do PDE e anunciou a expectativa do Ministério de criar comitês locais de acompanhamento do Plano, algo que até então não havia sido mencionado. Seu funcionamento, porém, não foi explicado, assim como a sua relação com os já existentes conselhos na área de educação. Lázaro afirmou que o Plano Nacional de Educação estava voltado apenas para o acesso, “já o PDE enfoca a qualidade, dialogando com os desafios da cobertura, que ainda não estão resolvidos”.</p> <p>Ele reforçou que o PDE “busca avançar no regime de colaboração, alterando a lógica de trabalho do Ministério da Educação. Os municípios com IDEB mais baixo nunca receberam transferência voluntária da União. O MEC trabalhava sob demanda. E demanda acontece em função de capital, capital técnico, político, intelectual. Vimos que quem mais necessita não é capaz de formular um projeto.”</p> <h3>Transferências voluntárias</h3> <p>Carlos Jamil Cury, professor emérito da UFMG, destacou que o PDE é eminentemente administrativo. Assim como Lázaro, Cury lembrou o Plano Nacional de Educação, mas para dizer que o PNE “continha claramente elementos de qualidade – se a aplicação do PIB tivesse sido obedecida, suas metas teriam sido cumpridas e poderíamos abrigar o PDE sob o PNE”. Uma de suas críticas mais contundentes foi com relação à proposta da Provinha Brasil, que será aplicada a alunos de 6 a 8 anos para avaliar habilidades de leitura. Classificou a iniciativa como “absolutamente desnecessária e anti-pedagógica”, tendo em vista a enorme quantidade de dados e pesquisas já existentes sobre os desafios da alfabetização. Apesar destas críticas, Cury elogiou a postura do MEC de tomar a liderança e a coordenação para movimentar a educação básica brasileira.</p> <p>Na mesma mesa de debate, Maria Beatriz Luce, professora da UFRGS, afirmou que “o PDE tecnicamente não é um plano, pois não há um documento estabelecendo objetivos, estratégias de realização, prazos e metas. Há elementos de planejamento, mas dispersos e fragmentados. Estamos analisando uma idéia.” Como integrante do Conselho Nacional de Educação, disse que o CNE não foi consultado previamente e lembrou que entidades sindicais ficaram insatisfeitas porque tampouco foram chamadas para a discussão.</p>		

Com relação ao financiamento no PDE, Luce lembra que o regime de colaboração é seu eixo articulador, já que na educação básica o MEC tem suas funções limitadas à assistência técnica e financeira. “O PDE trata de organizar as transferências voluntárias alocadas pela União”, entretanto, o fato do PDE realizar seu diagnóstico a partir da territorialidade age como se o estado não tivesse parte e responsabilidade sobre a realidade educacional.

Metas e indicadores

Uma das novidades do PDE é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O tema é polêmico e também foi debatido no seminário.

Reynaldo Fernandes, presidente do INEP, apresentou a construção do IDEB, “um indicador simples e fácil de calcular”, que relaciona notas padronizadas (Prova Brasil e SAEB) e dados de fluxo. Trata-se de uma tentativa de separar a avaliação de insumos e de resultados. Fernandes trouxe duas informações que ainda não estavam tão evidentes. A primeira delas refere-se à Provinha Brasil: teria sido uma demanda de redes municipais de ensino ao Inep, sua realização será por adesão e suas aplicação e correção serão feitas pelos professores das redes. A segunda diz respeito à Prova Brasil, cujos resultados compõem o IDEB: o INEP contratará uma empresa para acompanhar sua aplicação e evitar que os resultados sejam fraudados.

Creso Franco, professor da PUC-RJ, no entanto, relativizou a possibilidade de fraudes pelas escolas, por meio da seleção dos alunos na realização das provas. O pesquisador apresentou informações que demonstram que os alunos das redes públicas faltam, e muito, regular e voluntariamente às aulas.

Raimundo Feitosa, secretário municipal de educação de São Luís (MA) e representante da Undime, trouxe a visão dos gestores municipais. Em sua opinião, o IDEB é positivo porque permite perceber a escola e identificar questões de sua gestão. Já Romualdo Portella, professor da USP, apontou sua preocupação com o fato de que o Ideb não identificar o padrão de qualidade na educação a que todos têm direito. “Na discussão dos padrões de qualidade, é necessário analisar os processos de ensino e aprendizagem”, e não apenas os resultados como faz o IDEB.

Profissionais da educação

Pluralidade de opiniões marcou a terceira mesa de debates intitulada “Profissionais da educação: controle, estímulo, formação ou valorização?”. Márcia Angela Aguiar, docente da UFPE e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) criticou a falta de consulta prévia às entidades que historicamente atuaram na formação de professores para a formulação do PDE. Em sua apresentação, citou dezenas de ações previstas no PDE que dependem totalmente dos profissionais da educação, atores que contraditoriamente não participaram de sua construção.

Helena Freitas, professora aposentada da Unicamp e presidente da Associação Nacional de Formação de Professores (Anfope), disse que o Plano apresentado pelo MEC não rompe a lógica de tomar a avaliação e não a formação como a categoria central do magistério. Ela também vê que as ações propostas colocam o “risco de se aproximar comunidade para fiscalizar trabalho docente e não como forma de democratização da gestão”.

A terceira participante da mesa foi Mariza Abreu, secretária estadual de educação do Rio Grande do Sul e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que disse que a apresentação do PDE pelo governo evidenciaria que a Articulação Todos pela Educação recolocou na agenda o debate sobre educação. Ela considera positiva a participação dos empresários

neste debate, “o grande problema é a formação dos professores, tendo em vista a grande distância da universidade dos problemas reais das escolas públicas”.

Roberto Franklin de Leão, secretário geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), contestou a centralidade da articulação empresarial no debate sobre educação. Com relação ao trabalho docente, defendeu que o piso salarial deve ser estabelecido não considerando as gratificações e “outros penduricalhos” que historicamente têm composto o salário dos professores.

Participação

Para encerrar o Seminário, debateu-se a participação e controle social no PDE. Retomaram-se as críticas ao fato de o MEC propor a Conferência Nacional de Educação restrita à educação básica e apresentar o PDE antes de sua realização, que já haviam aparecido nas mesas anteriores e em intervenções da platéia.

Pedro Pontual, do Instituto Pólis, fez um balanço dos processos de participação no governo Lula, e afirmou que ainda é necessário avaliar o significado destas iniciativas do ponto de vista da incidência nas políticas. Para ele, o processo de participação na elaboração do PDE reflete concepção do governo sobre participação e acredita que a Articulação Todos pela Educação tenha sido eleita como interlocutor privilegiado.

Já Fernando Abrúcio, pesquisador da FGV, apresentou a idéia de coalizão, que não se estrutura em torno de direitos, mas em torno de políticas públicas. Para ele, “a coalizão em prol da educação no Brasil não é das mais fortes”. Para a educação, falta uma visão sistêmica, ao contrário do que ocorre na saúde, que tem a coalizão mais consistente e consegue articular política e gestão. Outro obstáculo à implantação das políticas públicas em educação é a falta de formação dos gestores; “os diretores de escola não recebem formação para isso, apenas administram o cotidiano das escolas”.

Falando em nome de uma articulação pela educação pública, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Elizabeth Ramos explicitou uma inversão de papéis na elaboração do PDE: governo entrou como parceiro dos empresários, e não o inverso, ao aderir às metas propostas pela articulação Todos pela Educação. Ela também criticou o fato de não terem sido ouvidos segmentos e setores da sociedade que historicamente se mobilizam pela educação.

Mozart Ramos, representando a articulação Todos pela Educação, negou que a articulação seja interlocutor privilegiado do governo e disse que as metas propostas pelo grupo simplesmente articulam consensos.



Contatos:

. Carlos Jamil Cury – professor emérito da UFMG
(31) 3223-4795 / (61) 9977-3666
crjcury.bh@terra.com.br

. Maria Beatriz Moreira Luce – professora da UFRGS e integrante do Conselho Nacional de Educação
(51) 9176-3551 / (51) 3248-1217
luceb@ufrgs.br

. Romualdo Portela – professor da FE-USP
(19) 8178-6717 / (11) 3091-3342 r. 170
romualdo@usp.br

. Helena Freitas – professora aposentada da Unicamp e presidente da Anfope

(19) 3236-6264 / (19) 9116-1043

helena.freitas@uol.com.br

. Márcia Ângela Aguiar - professora da UFPE e presidente da Anped

marcia_angela@uol.com.br / lapa@elogica.com.br

(81) 9964-3813 / 3271/ 8327 / 8334 /3227

. Pedro Pontual – membro do Instituto Pólís

pontual@netpoint.com.br

. Fernando Abrucio – pesquisador da FGV

fabrucio@fgvsp.br

(11) 3281-7805

